



***PENSANDO UM CURRÍCULO ESCOLAR QUEER MESTIÇO: AS
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA QUEER ARTICULADA A METODOLOGIA
INTERSECCIONAL***

***PENSAR UN CURRÍCULO ESCOLAR QUEER MESTIZO: LOS APORTES
DE LA TEORÍA QUEER ARTICULADOS CON METODOLOGÍA
INTERSECCIONAL***

***THINKING A MESTIZO QUEER SCHOOL CURRICULUM: THE
CONTRIBUTIONS OF QUEER THEORY ARTICULATED WITH
INTERSECTIONAL METHODOLOGY***

Rubem Viana de Carvalho¹

Luiz Felipe de Oliveira Silva²

Allene Carvalho Lage³

RESUMO

Neste trabalho, refletimos sobre as contribuições da teoria *queer* articulada à metodologia interseccional como possibilidade de pensarmos currículos escolares, que sejam comprometidos com o questionamento e enfrentamento à cisheteronormatividade, ao racismo e as LGBTifobias. Para tanto, levantamos a seguinte questão: como a teoria *queer* pensada a partir de uma metodologia interseccional pode contribuir para pensarmos currículos escolares antirracistas e anti-LGBTifóbicos, comprometidos com

¹ Mestrando em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEduC/UFPE/CAA). Psicólogo pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP). Pedagogo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA).

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco. Licenciado em Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco - Campus do Agreste (UFPE/CAA).

³ Pós-doutora em Direitos Humanos pelo PPGDH/UFPE (2016). Pós-doutora em Educação na UFRGS (2012). Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra (2006). Mestra em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (2001).

a multiplicidade? Enquanto metodologia a análise é qualitativa feita a partir de uma revisão bibliográfica de caráter exploratória. Enquanto procedimento de análise, utilizamos a perspectiva de análise de conteúdo de Bardin (1977). As conclusões apontam que pensar o currículo a partir de uma perspectiva *queer* mestiça em uma pluralidade geocultural e interseccional pode contribuir para o enfrentamento a preconceitos como o racismo, sexismo e LGBTIfobias, questionando os modelos hegemônicos e propondo alternativas criativas a partir da torção das opressões.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Queer. Interseccionalidades. Currículo escolar. Gênero e Sexualidades. Raça.

RESUMEN

En este trabajo reflexionamos sobre los aportes de la teoría queer articulada a la metodología interseccional como posibilidad de pensar otros currículos escolares que apuestan por cuestionar y confrontar la cisheteronormatividad, el racismo y la LGBTIfobia. Para ello, nos planteamos la siguiente pregunta: ¿cómo la teoría queer pensada desde una metodología interseccional puede contribuir a pensar currículos escolares antirracistas y antiLGBTIfóbicos comprometidos con la multiplicidad? Como metodología, el análisis es cualitativo, basado en una revisión exploratoria de la literatura. Como procedimiento de análisis se utilizó la perspectiva de análisis de contenido de Bardin (1977). Las conclusiones apuntan que pensar el currículo desde una perspectiva queer mestiza dentro de una pluralidad geocultural e interseccional puede contribuir a enfrentar prejuicios como el racismo, el sexismo y la LGBTIfobias, cuestionando modelos hegemónicos y proponiendo alternativas creativas desde el giro de las opresiones.

PALABRAS-CLAVE: Teoría *Queer*. interseccionalidades. Currículum escolar. Género y Sexualidades. Raza.

ABSTRACT

In this paper we reflect on the contributions of queer theory articulated to intersectional methodology as a possibility of thinking about school's curriculum that are committed to questioning and confronting normativity, cisheteronormativity and racism, in other words, multiple and not unique curriculum. Therefore, we ask the following question: how can queer theory, thought from an intersectional methodology, contribute to thinking about anti-racist and antiLGBTIphobic school's curriculum committed to multiplicity? As a methodology, the analysis is qualitative, based on a bibliographic review of an exploratory nature based on the authors already mentioned. As an analysis procedure, we use Bardin's (1977) content analysis perspective. The conclusions point out that thinking about the curriculum from a mestizo queer perspective within a geocultural and intersectional plurality can contribute to facing prejudices such as racism, sexism and LGBTIphobia, questioning hegemonic models and proposing creative alternatives from the twist of oppressions.

KEYWORDS: Queer theory. Intersectionalities. School's Curriculum.

Introdução

Hoje em dia os sujeitos compreendidos como desviantes já não podem ser mais completamente silenciados, pois seus corpos estão a mostra interpelando as leis heteronormativas e racistas, assim como instituições normativas como a escola. Conforme aponta Louro (2001), as chamadas “minorias” sexuais e de gênero, que, na verdade, não são minorias numéricas, mas sim maiorias silenciadas diante das lógicas de poder hegemônicas, estão muito mais visíveis do que em qualquer outro momento histórico, tornando as lutas sociais e políticas entre grupos e instituições historicamente conservadoras como a escola, acirradas.

Dentro desse embate “o grande desafio não consiste, apenas, em assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e escaparam dos esquemas binários”, mas sim em admitir que “as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira” (LOURO, 2001, p. 541). As fronteiras têm sido espaço de efervescência política da diferença para a construção de possibilidades de atravessamento pelas fendas existentes no muro hegemônico do poder heterossexual e racista. A fronteira, conceito/signo de Anzaldúa (2005), se refere a um terceiro espaço, de conflito e confronto, mas também de produção de alternativas pela via da cicatrização das feridas abertas pela colonização, via racismo e controle sobre gênero e, sobre as sexualidades.

Assim, ao se politizar essas ditas “minorias” convertem o espaço até então visto como gueto em territórios sociopolíticos de existência possível, como também tornam as violências e ofensas em expressão de vida na diferença, como é o caso dos termos *queer*, “viado”, “sapatão”, “bicha” e *mestizo*, esse último teorizado por Anzaldúa (2005). Nesse contexto, as escolas, seus currículos e educadores, precisam lidar com as diferenças sexuais e de gêneros dissidentes, assim como o racismo tão latente na sociedade brasileira, que na nossa compreensão atravessa e se relaciona com gênero, sexo e sexualidades. Diante disso, Louro (2001) aponta que os educadores da escola se mostram muitas vezes perplexos, ao não saberem lidar com situações que consideravam antes saber.

É, então, diante desse contexto, no qual os corpos dissidentes marcados por eixos como gênero, raça, sexo, sexualidades permeadas por racismo, pela

cisheteronormatividade que produz as LGBTIfobias⁴, que nos propomos a pensar novas formas e possibilidades curriculares comprometidas com a multiplicidade e com a pluralidade. Diante disso, levantamos como objetivo desse trabalho, entender como a teoria *queer* pensada a partir de uma metodologia interseccional pode contribuir para pensarmos currículos escolares antirracistas e anti-LGBTIfóbicos comprometidos com a multiplicidade.

Nesse sentido, a teoria e o ativismo político *queer*, na nossa compreensão, são importantes porque, como aponta Louro (2001), Miskolci (2017) e Borba (2020), têm se colocado contra a normatividade ou a cisheteronormatividade compulsória⁵ da sociedade, não escapando de sua problematização as identidades sociais tidas como fixas. *Queer* se refere às disputas por uma diferença que não quer ser silenciada e tolerada, por isso seu caráter perturbador e problematizador é visto como não tolerado e impróprio, mas necessário, principalmente no campo da educação, da escola e do currículo, espaços historicamente normatizadores de corpos.

Assim, o *queer* enquanto ativismo político ou enquanto teoria política dos corpos dissidentes socialmente impróprios, questiona as estruturas de normalização da sociedade, principalmente a heteronormatividade ou cisheteronormatividade naturalizadas.

Dentro dessa discussão, a metodologia interseccional nos parece profundamente profícua, já que a teoria *queer* problematiza as identidades tidas como fixas e assimiladas e a produção de violências fomentadas por essas enquanto marcadores sociais. Desta forma, como aponta Akotirene (2019), a interseccionalidade tem a intenção de ser instrumento teórico-metodológico⁶ para pensar a inseparabilidade do

⁴ Refere-se às violências sofridas pela população LGBTI+, ou seja, vivenciadas por sujeitos lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, intersexo, entre outro/as.

⁵ A heterossexualidade compulsória é um conceito pensado por Adrienne Rich nos anos 1980, escrito no ensaio *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, traduzido no Brasil pela revisa Bagoas Rich (2012). A análise de Rich não só questionava a heterossexualidade enquanto um dispositivo ou instituição que configurava outro eixo de opressão como o racismo, mas também a ideia construída de que as mulheres eram naturalmente heterossexuais e o desvio da heterossexualidade corresponderia a anormalidade.

⁶ A pesar de seu ressentido esvaziamento metodológico e político - na utilização da interseccionalidade em si, o uso de sobreposições, sem seu necessários processo metodológico e investigativo de articulação - quando é teorizada em Crenshaw (2002), a interseccionalidade já surge como um dispositivo teórico metodológico, visto que parte da reivindicação feminista das mulheres negras que questionam a partir de suas vivências o silenciamento de marcadores como os de raça e classe que atravessam suas vidas e que são silenciados na discussão de gênero do feminismo hegemônico. Desta forma, o método da interseccionalidade é justamente produzir uma investigação que considere a articulação dos diversos marcadores sociais que atravessam a vida das mulheres, tendo em vista enfrentar esses no que tange a

racismo, do capitalismo e da cisheteronormatividade produtos da avenida identitária em que principalmente pessoas negras, mulheres e LGBTI+⁷, principalmente não brancos/as são atingidos/as pelo cruzamento de eixos como gênero, raça e classe nos aparatos coloniais.

Nosso trabalho, aponta por fim que a partir de uma perspectiva *queer* mestiça e dentro de uma pluralidade cultural, a educação pode trabalhar em prol da formação de identidades abertas, que desafiam preconceitos como o racismo e as LGBTIfobias, questionando os modelos hegemônicos. Desse modo, entendemos que caminhar por pesquisas outras, e por ideias não toleradas e impróprias têm a força política de questionar as dinâmicas sociais, no que tange ao currículo, pode contribuir para a construção de transformações no ambiente escolar e conseqüentemente na sociedade.

Nesse contexto, nossa abordagem metodológica se configura como qualitativa, visto que ela permite uma visão mais ampla de um determinado cenário e “atua em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis” (PAULILO, 1999).

Além disso, nossa pesquisa se apresenta como bibliográfica de caráter exploratória, pois partimos de materiais já existentes para analisar nosso objeto de estudo ainda pouco explorado e trazer reflexões a partir destes. De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre determinada temática a ser pesquisada com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e dialogar com as teorias apresentadas. Dessa forma, buscou-se um aprofundamento sobre teoria *queer* e a interseccionalidade para repensarmos a construção de currículos comprometidos com as diferenças, com as vulnerabilidades e com o enfrentamento às violências.

Os conceitos teóricos foram submetidos à análise de conteúdo em articulação com as categorias que são: a teoria *queer*, a interseccionalidade e o currículo que

produção de violências. Para Díaz-Benpitez e Mattos (2019, p. 84) “o desafio da interseccionalidade é produzir saberes que, ao discutirem as lógicas de opressão e as condições de subjetivação em determinados contextos, assim como as resistências, contribuam com a luta contra essas opressões mesmas, complexificando suas análises e perspectivas”.

⁷ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Intersexuais e outras identidades (LGBTI+) é a forma com que os militantes LGBTs se autodenominam em seus documentos e comunicações sociais (REIS, 2021). No entanto, sabemos que já há algum tempo os movimentos sexuais e de gênero tem se autodenominado a partir de um maior número de letras que são mais inclusivas como: LGBT+, LGBTI+, LGBTQIA+, LGBTQPIA+, entre outras. Entretanto, a autonegação dos coletivos e movimentos dissidentes são territórios em disputa, assim a escolha de se autonegarem corresponde a um direito dos coletivos que estão em discussão constantemente dentro dos mesmos.

guiaram nosso estudo. Na perspectiva proposta por Bardin (1977), a análise de conteúdo faz-se importante, pois a partir de sua técnica de análise temática pode-se compreender as características, estruturas e/ou modelos que estão por trás dos fragmentos, viabilizando identificar os inúmeros sentidos contidos nos referenciais coletados. Portanto, por meio dela, almejou-se agregar novos olhares às pesquisas que estão sendo produzidas no campo referido para poder dialogar com as causas e efeitos de um currículo comprometido com a multiplicidade.

Seguindo nossa análise, no primeiro tópico discutimos as concepções e conceitos de gênero, sexo e sexualidades a partir a genealogia da Teoria *Queer*, estendida como socialmente imprópria, mas apontada aqui como necessária. No segundo momento discutimos uma perspectiva de currículo *queer* não tolerado/impróprio e seu comprometimento com a multiplicidade. No terceiro momento discutimos a possibilidade de um currículo *queer* mestiço a partir das contribuições trazidas pela metodologia interseccional, tendo em vista pensarmos um currículo plural antirracista e anti-LGBTIfóbico.

Já nas considerações finais apontamos que pensar o currículo escolar a partir de uma perspectiva *queer* mestiça dentro de uma pluralidade geocultural pode contribuir para a criação de currículos mais próximos das diferenças, assim como, com a formação de identidades abertas, que desafiam preconceitos como o racismo e as LGBTIfobias, questionando os modelos hegemônicos e propondo alternativas criativas a partir da torção das opressões.

***Queer* o quê? Gênero, sexo e sexualidades, uma genealogia socialmente imprópria e necessária**

Dentro de um cenário democrático como o da educação brasileira, não há mais como silenciar as diferenças e estancar as questões de gênero e sexualidades dissidentes na escola. Não há mais como ignorar os “novos” sujeitos e suas vivências, assim como seus questionamentos ao sistema estabelecido. A histórica função normalizadora a qual a escola foi convocada a realizar se vê ameaçada e questionando o que fazer? (LOURO, 2001).

É dentro desse contexto de contestação, problematização e também de dúvidas, por parte dos sistemas de ensino, da escola e dos educadores que trazemos a discussão

sobre a teoria *queer* e seus atravessamentos interseccionais referentes às relações estabelecidas entre gênero, raça e sexualidades para poder pensarmos um currículo plural que possa enfrentar o racismo e as LGBTIfobias na escola.

A origem do termo *queer* é incerta e, além disso, ele não tem um correspondente direto nas línguas latinas. Segundo Borba (2020), ao analisarmos a etimologia da palavra *queer* entendemos que o termo deriva do prefixo protoindo-europeu *terkw*, que parece ser o que deu origem ao verbo latino *torquere* ou "torcer", "girar". Para Lauretis (2019), o sentido moderno do termo que surge na língua inglesa há pelo menos 400 anos sempre esteve associado à diferença, ao não lugar, ao socialmente impróprio. Para Borba (2020), de acordo com o *Oxford English Dictionary*, um dos primeiros registros da palavra *queer* na língua inglesa têm como data o século XVI tendo o significado de "estranho", "excêntrico e "peculiar", ou seja, refere-se a corpos, experiências e objetos socialmente impróprios.

No entanto, a popularização do termo associado diretamente a homossexualidade se dá no século XIX, quando pela primeira vez o termo foi associado a uma pessoa homossexual conhecida, caso do julgamento e prisão do autor Oscar Wilde⁸, sendo o termo usado como estigma. Em seguida, de acordo com Louro (2001), esse termo, a partir da insurgência e do deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos de contestação ao modelo do movimento LGBTI+ identitário que passam, no final dos anos de 1980, a assumir também corpo teórico precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação política e teórica.

Para Miskolci (2017), o movimento *queer* surge nos Estados Unidos nos movimentos de contracultura dos anos de 1960 junto com o Movimento Feminista, Negro e o então nomeado Movimento Homossexual. Esses movimentos ficam conhecidos como novos movimentos sociais por trazerem novas pautas para além das pautas econômicas do movimento operário, estavam entre essas pautas a problematização das relações de poder no âmbito não só social como também pessoal. De modo geral afirmavam que o pessoal era político.

Desta forma, o corpo, o desejo e a sexualidade são apontados como principais alvos por meio dos quais o poder se estabelece socialmente. "O *queer* começa a surgir

⁸ Segundo conta Borba (2020) John Douglas, o 9º Marquês de *Queensbury*, ao não aceitar a relação do seu filho Alfred com o autor Oscar Wilde, em retaliação a relação que se tornara pública, utilizou o termo *snob queers* no processo judicial de Wilde ao fazer referência ao escritor. A mídia fez com que o termo *queer* fosse popularizado como insulto homofóbico no universo anglo-saxão, quando o uso do termo se consolidou popularmente.

nesse espírito iconoclasta de alguns membros dos movimentos sociais expresso na luta por desvincular a sexualidade da reprodução, ressaltando a importância do prazer e a ampliação das possibilidades relacionais” (MISKOLCI, 2007, p. 22).

Ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, teóricos/as *queer* sugerem uma teoria e uma política pós-identitária. O alvo dessa política e dessa teoria não seria as vivências ou as práticas de homens e mulheres homossexuais, mas sim, a crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos. Desse modo, trata-se de uma mudança no foco e nas estratégias de análise. Trata-se de outra perspectiva epistemológica, que está voltada para a cultura normativa, para as estruturas discursivas e para as instituições regulativas (LOURO, 2001).

Para Miskolci (2017) a consolidação da política *queer* se dá no contexto da epidemia de HIV/AIDS nos Estados Unidos, como relata também Rubin (2017). Nesse contexto, os Estados Unidos viviam um governo conservador do então presidente Ronald Reagan, desta forma, a epidemia acaba ganhando uma dimensão social e vira uma arma contra as formas de vida da população LGBTI+. A epidemia ficou conhecida como “câncer gay” e como vingança de Deus, das tradições judaico-cristãs, contra os gays.

Por outro lado, os movimentos gays e lésbicos (atualmente LGBTI+ ou LGBTQIA+) conforme apontam Louro (2001), e Borba (2020), exerciam uma política que pregava a assimilação dos/as LGBTI+ às políticas heterossexuais sem questionar as estruturas profundas de poder sobre os corpos, gêneros e sexualidades. Diante desse contexto, surgem grupos sociopolíticos como os *Queer Nation*, *ACT UP*, a partir da reivindicação do termo *queer* subvertendo seu sentido.

Conforme aponta Borba (2021, p. 11), esses grupos entoavam palavras de ordem como “*we’re queer, we’re here, get fucking used to it!*” (“somos bichas, estamos aqui, e vocês vão ter que nos engolir!”, tradução do autor). Esse grito de ordem produz o que Butler (2003), chama de inversão performativa, na qual, a partir do processo de significação, o signo, até então negativo, é transformado em algo novo, a partir de uma torção do sentido que tem seu poder apropriado.

Conforme aponta Louro (2001), o *queer* pode significar:

Colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2001, p. 546).

Assim, o *queer* enquanto ativismo político ou enquanto teoria política dos corpos dissidentes socialmente impróprios questiona as estruturas de normalização da sociedade, principalmente a heteronormatividade ou cisheteronormatividade naturalizadas. Desta forma, tem-se como objetivo reverter a partir do questionamento performativo⁹ as desigualdades sexuais e de gênero dos corpos dissidentes e questionar as dicotomias e as estruturas neutralizadoras e de estabilidade organizadas pelas identidades, utilizando a torção dos xingamentos como algo necessário à luta política.

Segundo Borba (2020), a filósofa Judith Butler é uma das principais teóricas e, a que talvez mais tenha ajudado a popularização da teoria *queer* que tem como propósito a desessencialização e desontologização do gênero e da sexualidade e dos corpos, até então binários, ao deslocá-los das explicações biologizantes, contribuindo com a desnaturalização das relações de poder.

Butler, a partir da premissa do poder em Foucault, coloca que “a crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2003, p. 19).

Ou seja, Butler (2003), a partir de Foucault, entende que os sistemas de poder produzem os sujeitos que querem representar e, os sujeitos, por estarem condicionados a essas estruturas, são produzidos de acordo com elas. Dentro desse problema, para a autora, há a barreira da fundação não histórica ficcional do sujeito, a partir de uma invocação performativa que naturaliza o sujeito social a fim de governá-lo, o que acaba por criar um sujeito universal. Há também o problema político na suposição feminista de que toda mulher teria uma identidade comum, universal.

Para Butler (2003), o gênero se constitui de forma coerente e consistente em diferentes contextos históricos, por isso não é passível de universalização, visto que

⁹ O conceito de performatividade é discutido por Butler (2003, p. 25) no primeiro capítulo do livro *Problemas de Gênero*, quando a autora traz que “o gênero demonstra ser performativo – quer dizer, constituinte da identidade que cogita ser, ou que simula ser. Nesse sentido, o gênero é sempre um fazer, embora não um fazer por um sujeito que se possa dizer que preexista ao feito”.

estabelece interseções com categoria raciais, de classe, etnia, sexuais e especificidades regionais construídas a partir de identidades discursivas. Para a autora, é impossível separar o gênero das interseções culturais e políticas na qual ele é inevitavelmente produzido e mantido.

Na crítica feminista, o gênero é concebido para questionar a formulação biológica enquanto destino único e verdadeiro dos sujeitos, a distinção inicial do pensamento feminista entre sexo e gênero atende a essa discussão. Desta forma, sexo e gênero são divididos, estando a estabilidade do lado do sexo e a instabilidade cultural do lado do gênero. Assim, o gênero não é entendido nem como resultado causal do sexo e nem fixo como o sexo (BUTLER, 2003).

Para Scott (1995), o termo “gênero” torna-se indicativo de “construções culturais”, a criação social de ideias culturais sobre os papéis adequados a homens e a mulheres. “Gênero”, é segundo essa compreensão, uma categoria socialmente construída imposta ao corpo sexuado. Com a ampliação dos estudos acerca do sexo e da sexualidade, “gênero” torna-se uma palavra especificamente útil ao oferecer a possibilidade de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais (gênero) atribuídos às mulheres e aos homens.

Sendo assim, o conceito de gênero de Scott (1995), é construído a partir de duas premissas:

(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1995, p. 86).

No primeiro momento Scott (1995), descreve como o gênero é construído culturalmente, o que para ela, se dá, a partir da percepção das diferenças apreendidas entre os sexos, sendo essa percepção reificada socialmente a partir de símbolos sociais criados por binarismo como Eva e Maria, onde o binarismo desses se encontra na ideia de traição ou insolência de uma e de pureza de outra. Essas interpretações que decorrem dos símbolos, para a autora, correspondem a construção normativa e fixa dos sujeitos, conceitos expressos na religião e na escola, por exemplo, que constroem as identidades subjetivas.

No segundo aspecto do conceito de gênero de Scott (1995), talvez esteja sua maior contribuição ao debate, visto que no primeiro aspecto a autora ainda está próxima de uma distinção entre o gênero como social e o sexo enquanto puramente biológico, o que acabam tornando as identidades de gênero desviantes e as orientações sexuais e suas práticas silenciadas.

No segundo aspecto, ela traz a noção de poder relacional de Foucault também para o gênero, onde para Foucault (1988), no que tange ao uso do poder, a sexualidade é o nome dado a um dispositivo¹⁰ histórico. Não se trata para o autor de uma realidade subterrânea ou substantiva dos sujeitos, mas uma grande rede da superfície dos sujeitos, na qual a estimulação dos corpos dos prazeres, a incitação ao discurso, a formulação dos conhecimentos reforçados por controles e resistências, articulam-se uns aos outros a partir de uma grande estratégia social de saber-poder.

Também a partir do pensamento de Foucault, Rubin (2017), afirma que o domínio da sexualidade tem uma política interna que traz consigo desigualdades e modos de opressão. Nesse contexto, as formas institucionais do comportamento humano como a escola, por exemplo, funcionam em determinado tempo e lugar e são produtos da atividade humana e por isso são permeados por conflitos, interesses e manobras políticas. Nesse sentido, para a autora o sexo é sempre político e há períodos históricos onde as sexualidades são mais reguladas ou mais politizadas abertamente, nos quais o domínio da eroticidade é renegociado.

Nessa direção, Louro (2013), declara que é possível entender que a sexualidade envolve processos fundamentalmente culturais e plurais como rituais, linguagens, fantasias e símbolos. Nada há de natural nesse campo, principalmente quando falamos de corpo e de natureza, para autora:

Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas

¹⁰ O dispositivo pode ser entendido em Foucault (1998), como um conjunto heterogêneo de coisas que podem englobar: discursos, instituições, decisões, leis, enunciados científicos, morais, filosóficos entre outras criações sociais, ou seja, refere-se a um conjunto de produções culturais articuladas em rede e formulando o que vivemos.

por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2013, p. 08).

Butler (2003), ao refletir sobre o que é o sexo, questiona que se é possível descrever uma genealogia do sexo e estabelecer uma história da sexualidade, seu caráter imutável é questionável. Desta forma, é possível propor que talvez o próprio sexo seja tão culturalmente construído quanto o gênero e acrescenta que “a rigor talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” (BUTLER, 2003, p. 27).

Dessa forma, Butler (2003), acaba por fechar vários pontos deixados em aberto pelas autoras anteriores, ao propor que tanto o gênero, quanto o sexo e a sexualidade são construídos culturalmente. Para ela, o gênero não seria cultura e o sexo, próprio da natureza, mas seria o meio discursivo pelo qual tanto age a suposta “natureza sexuada” quanto o sexo natural. Se articularmos essa concepção com o conceito de dispositivo de Foucault (1988) entendemos que a produção do sexo como pré-discursivo, ou seja, anterior à cultura, deve ser entendido como efeito do aparato cultural de gênero. Assim, o gênero pode ser entendido como um dispositivo cultural e performativo que produz o sexo como pré-discursivo em relações de poder.

A coerência e sua continuidade não são características lógicas de suas condições naturais, mas pelo contrário, são normas de inteligibilidade instituídas socialmente e mantidas. Desta forma, a identidade é sustentada por conceitos que estabilizam o sexo, o gênero e as sexualidades. Assim, a noção de “pessoa” socialmente instituída é questionada quando surge culturalmente sujeitos cujas vivências de gênero não seguem as normas de gênero socialmente instituídas pelas quais é definido o que é uma pessoa (BUTLER, 2003).

Em nossa sociedade, a norma estabelecida historicamente remete ao sujeito “homem”, heterossexual, cristão de classe média que passa a ser a referência do poder. Os outros sujeitos sociais serão definidos a partir dessa norma referencial. “Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’ e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. Ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades” (LOURO, 2013, p. 12).

Butler (2003), a partir da autora Adrienne Rich, chama esse padrão normativo discutido por Louro de heterossexualidade compulsória. Essa é socialmente naturalizada

exigindo a regulação do gênero a partir de uma relação binária que diferencia o masculino do feminino, essa diferenciação é realizada pelas práticas heterossexuais. Esse ato de diferenciação destacado pela autora é o que estrutura o binarismo, consolidando os termos da coerência respectiva do sexo, do gênero e do desejo.

O gênero não é um substantivo e muito menos um conjunto de características flutuantes, visto que seu efeito substantivo é produzido performativamente imposto pelas práticas da heterossexualidade compulsória. Desta forma, o gênero se mostra performativo no interior do discurso da metafísica da substância, ou seja, é constituído de uma identidade que supostamente é. Assim, o gênero é sempre um feito, mesmo que não seja obra de um sujeito pré-existente (BUTLER, 2003).

Para Butler (2003), se os gêneros são significados culturalmente como socialmente construídos assumidos pelos corpos sexados, não se pode dizer que eles decorram de um sexo específico e binário. A hipótese heteronormativa de um sistema binário dos gêneros é que fecha a formulação de que o gênero reflete o sexo. No entanto, quando a posição do gênero é teorizada como independente do sexo, o gênero torna-se um artifício flutuante “uma consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como feminino” (BUTLER, 2003, p. 26).

O currículo *queer* não tolerado/impróprio e seu comprometimento com o questionamento e a multiplicidade

Apenas no início da industrialização americana e, a partir dos anos 1920, com o movimento da Escola Nova nos Estados Unidos e no Brasil, a concepção de que era preciso decidir sobre o que ensinar ganha força. Para muitos autores, é aí que se inicia os estudos curriculares (LOPES; MACEDO, 2011; CARVALHO, 2020). Para Silva (2005), o currículo surgiu nos anos vinte do século XX nos Estados Unidos, inicialmente como tema particular, ou apenas como um objeto específico de estudo e de pesquisa:

O currículo surgiu em conexão com o processo de industrialização e os movimentos migratórios, que intensificaram a massificação da escolarização, houve um impulso, por parte de pessoas ligadas, sobretudo à administração da educação, para racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem de currículos (SILVA, 2005, p. 12).

Neste momento, atrelado aos argumentos de industrialização, o sentido de currículo passa a ser entendido como um processo de racionalização de resultados educacionais cuidadosamente especificados e adequados às normas do mercado em ascensão.

Para Silva (2005) o currículo, ou os currículos, se dispõem em responder à questão: o que deve ser ensinado? Assim, as teorias de currículo estão explícitas ou implicitamente envolvidas em critérios de seleção, justificando porque determinados conteúdos devem ser selecionados e não outros.

A pergunta “o que deve ser ensinado?” nunca está separada de outra: “o que eles/elas devem ser?”. Deste modo, o propósito dos currículos é modificar as pessoas para a criação de determinada sociedade. Assim, as teorias do currículo estão situadas em um campo de luta epistemológica, social e política por consenso e hegemonia, desta forma, as teorias de currículo são um território contestado (SILVA, 2005).

Segundo Carvalho (2020), no currículo está em disputa um tipo específico de sociedade, inicialmente tem-se a sociedade industrial e depois a capitalista, onde a pluralidade étnico-racial, as questões que problematizam criticamente as relações de gênero e sexualidades são deixadas de lado. Isso porque correspondem a relações de poder, e o objetivo é manter a hegemonia do sujeito universal, o sujeito heterossexual masculino.

Nesse sentido, ao analisarmos de maneira atenta os conteúdos selecionados e desenvolvidos na maioria das instituições escolares e universitárias, vê-se a presença marcante da cultura hegemônica do homem branco burguês. Por outro lado, as culturas ou vozes de outros sujeitos, como das mulheres, dos/as negros/as, dos/as indígenas, das LGBTI+, e dos/as Sem Terra, por serem inseridos em uma lógica binária de silenciamento das diferenças, são deixados à margem enquanto sujeitos históricos e epistêmicos.

Não obstante, em contrapartida, surge a perspectiva do currículo pós-crítico, ou pós-estruturalista, onde estão, segundo Silva (2005), os significados curriculares que se ocupam de questionar e visibilizar as diferenças culturais, de raça, de gênero e de sexualidades. Neste sentido, as questões da cultura e das diferenças vão sendo problematizadas e ganham novos sentidos no processo histórico. Assim, o currículo passa a ser entendido como:

[...] o espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados. É por meio do currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional, que os diferentes grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua verdade (SILVA, 2005, p. 10).

Dessa forma, o currículo, articulado à cultura e às diferenças de gênero e sexualidades, não pode ser pensado fora das suas relações de poder. Lopes e Macedo (2011), Silva (2005) e Carvalho (2020), criticam as concepções estáticas e essencialistas de currículo, da cultura e da epistemologia que se colocam como um produto universal, pois nessas perspectivas a cultura e o saber não se transformam sendo abstraídas dos seus processos de produção.

Na crítica pós-estruturalista de currículo, a diferença passa a ser entendida como um processo linguístico e discursivo. Desta maneira, a diferença não pode ser concebida fora dos processos linguísticos de significação, pois, para essa corrente teórica, a diferença é entendida não como uma característica natural, mas como discursivamente produzida. Além disso, “a diferença é sempre uma relação: não pode ser ‘diferente’ de forma absoluta; se é diferente relativamente a alguma outra coisa considerada precisamente como não-diferente” (SILVA, 2005, p. 87).

Segundo Louro (2001), Lopes e Macedo (2011), a partir da ótica pós-estruturalista da ideia de desconstrução produzida por Jacques Derrida, passa-se a ser evidenciado a mútua implicação/constituição dos opostos e dos binarismos, passando-se a questionar os processos pelos quais determinadas formas de ser, de estar, de saber e de viver acabaram por ser estabelecidas como a norma no currículo, por meio de processos de naturalização.

Não obstante, conforme Silva (2005) e Carvalho (2020) as principais críticas ao currículo surgem do movimento feminista, visto que as relações de desigualdade e de poder na educação e no currículo não podiam ficar restritas apenas a discussão de classe social. Como análise política e sociológica, a crítica feminista, e posteriormente a crítica *queer*, levantam a urgência do currículo considerando também as desigualdades educacionais centradas nas relações de gênero e sexo.

Seguindo na trilha da teorização feminista sobre gênero, a teoria *queer* estende a hipótese da construção performativa social para o domínio do sexo e da sexualidade, como vimos. Dessa forma, não são apenas nossas identidades de gênero que são socialmente construídas performativamente, mas também as formas pelas quais vivemos nossa sexualidade. Neste sentido, assim como a identidade de gênero, a

identidade sexual não é definida simplesmente pela biologia, ela muito menos é fixa, estável e definitiva. A identidade sexual é também dependente dos sentidos sociais dados a ela, e essa, assim como a identidade de gênero, é uma construção social e cultural (SILVA, 2005).

Louro (2001), a partir da teorização de Butler, entende que as normas sociais regulatórias do sexo, são, performativas, isto é, são continuamente construídas a partir da repetição que produz aquilo que nomeia, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros a partir da ótica heterossexual. De acordo com os teóricos e teóricas *queer*, é urgente construir uma mudança epistemológica a partir da desconstrução que efetivamente possa romper com a lógica binária e com suas consequências: a hierarquia, a classificação e a exclusão.

A partir desse contexto, de desconstrução dos binarismos e da ordem historicamente estabelecida, a escola, os currículos, as educadoras e educadores mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais precisariam ter respostas “seguras” e “estáveis”. Na atualidade, não existem certezas e os modelos são questionáveis e passíveis de mudança. Deste modo, não há como ignorar os “novos” sujeitos e suas contestações. Diante desse contexto, a educação com sua vocação normalizadora vê-se ameaçada e levanta perguntas como: o que fazer? (LOURO, 2001).

Desta forma, “a teoria *queer* permite-nos pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (LOURO, 2001, p. 550). O currículo *queer* não propõe somente incluir informações sobre a sexualidade e gênero enquanto construções culturais, mas visa questionar os processos institucionais e simbólicos, as estruturas de significação que definem os papéis sociais e as identidades dos sujeitos que fazem parte do cotidiano escolar, tendo em vista criar outros processos.

A teoria e o currículo *queer* abrem a possibilidade para a discussão do que consideramos ser fixo, imutável. Não apenas em relação aos currículos escolares, mas também sobre as relações que se imbricam nos cotidianos escolares, que nos possibilitam perceber os outros diferentes de nós. Para Silva (2005, p. 109), um currículo *queer* é entendido como “um currículo que força os limites das epistemes dominantes: um currículo que não se limita a questionar o conhecimento como

socialmente construído, mas que se aventura a explorar aquilo que ainda não foi construído”.

Nesse sentido, um currículo *queer* é um currículo que desafia as normas, que não se contenta com o que já está dado e estabelecido. Um currículo *queer* é o mesmo que um currículo “viado” ou “travesti” que transgride pela torção que faz dos termos outrora usados pejorativamente, incomoda, perturba, provoca e propõe o novo. Este claramente não é o currículo oficial, nem almeja ser visto como tal, esse se propõe a ser resistência e agência ao que se coloca enquanto oficial. De um modo simplificado, o currículo *queer* caracteriza-se por seu aspecto marginal, por sua possibilidade de sempre desestabilizar, desarticular e subverter epistemologicamente o que é colocado para os/as sujeitos como modelo e normas únicas a serem seguidas.

Em um ensaio, Britzman (2000), refere-se a três tipos de educação sexual: a versão normal, a crítica e a não tolerada. Para a autora, é difícil distinguir a versão normal da crítica porque as duas têm padrões, existe a paixão pela ignorância nas duas, já a não tolerada é a que se propõe expressar a sexualidade a partir da descoberta, da curiosidade e da multiplicidade.

Pensamos que esses tipos de educação sexual, podem ser transcritos para três tipos de currículos escolares, onde no primeiro teríamos o currículo comum, ou seja, o currículo instituído nos padrões capitalistas. Teríamos como segundo o currículo crítico, aquele que tolera as discussões de gênero e sexualidades dentro de certas normas, socialmente aceitas, principalmente normas identitárias, e teríamos como terceiro o currículo não tolerado na escola, que na nossa compreensão seria o currículo *queer*, ou seja, um currículo questionador, aberto a descoberta e a curiosidade dos processos de saber-poder, um o currículo impróprio.

Nesse sentido, os esforços pedagógicos das escolas poderiam deixar de usar o saber para controlar as identidades e ser mais plurais naquilo que pode ser imaginado quando, por exemplo, a erótica da pedagogia e do conhecimento é aceita, visto que a pedagogia deve ter como pressuposto o processo histórico no qual as identidades são socialmente construídas, e por isso, não fixas. Dessa forma, o trabalho do currículo seria de incitar identificações, mas também propor críticas abertas à multiplicidade, tendo em vista que uma educação relevante talvez deva se comprometer com as perguntas e não com as respostas (BRITZMAN, 2000). É preciso esforços curriculares continuados que partam de pressupostos antirracistas, antissexistas e anti-LGBTfóbicos

É possível um currículo *queer* mestiço? Contribuições da metodologia interseccional para pensarmos um currículo plural antirracista e anti-LGBTfóbico

Como vimos anteriormente, a teoria *queer*, a partir de uma crítica à normatividade e às identidades utilizadas enquanto principal mote político para os movimentos sociais, considera a importância de se compreender a existência de outros marcadores sociais da diferença que atravessam os corpos dos sujeitos para além do gênero. Assim como o fato de que as identidades não são fixas, mas construídas performativamente. Em Butler (2003), por exemplo, as interseções de gênero com categorias raciais, de classe, etnia, sexuais e especificidades regionais construídas, são compreendidas a partir de identidades discursivas. Para ela é impossível separar o gênero das interseções culturais e políticas na qual ele é inevitavelmente produzido e mantido.

No entanto, a autora, e a teoria *queer* também vêm sendo questionadas por autores/as recentes como Pelúcio (2014), Pereira, 2012 e Miñoso (2015), que apontam pouco desenvolvimento teórico sobre como os marcadores sociais da diferença se relacionam em detrimento de uma teoria de gênero, considerando principalmente o contexto do Brasil e da América Latina, que são marcados pela colonização e pelo racismo. Nesse sentido, entendemos que a articulação entre teoria *queer* e interseccionalidade é profícua para entendermos e nos aproximarmos das experiências de corpos de sujeitos da América do Sul que são marcados não só pelo binarismo de gênero, que institui formas de viver o sexo e as sexualidades, mas também pelo racismo implantado pela colonização.

Deste modo, nos propomos a entender a interseccionalidade como uma possibilidade metodológica e utilização da teoria *queer* na América Latina a partir de novas torções geoculturais locais, a fim de pensarmos uma teoria *queer* mestiça, utilizando o conceito “mestiço” da glória Anzaldúa (2015), que não se trata de uma defesa do hibridismo cultural como foi utilizado no Brasil no processo de branqueamento da população. A utilização desse termo-conceito pela autora citada, tem o mesmo sentido da teoria *queer*, trata-se de uma torção do termo muitas vezes utilizado de forma pejorativa direcionado negativamente a sujeitos não brancos, traz a autora:

Como *mestiza*, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a queer em mim, existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (ANZALDÚA, 2005, p. 707-708, grifos da autora).

Anzaldúa, utiliza o conceito de mestiça como uma terceira via fruto da articulação de culturas, surge da sutura da linha abissal que foi imposta pelo poder colonial. Esse conceito/signo acaba por surgir como um lugar de acolhimento, de ligação e de ponte que tem a intenção de destruir os binarismos que a modernidade produziu para fundar o poder hegemônico moderno, e fundar no lugar uma terceira coisa, que tem a proposição de diálogo entre as diferenças.

O conceito de *queer* que Anzaldúa utiliza tem o mesmo sentido, é um conceito de terceira via construída a partir da produção performativa que essa utilização provoca ao ser assumida como teoria ou como no caso da autora para expressar sua vivência lésbica. A diferença está na utilização das palavras e de suas origens culturais, a mestiça é uma palavra latina e *queer* uma palavra da língua inglesa, a autora acaba por utilizar palavras em inglês e em espanhol tendo em vista que não pertence a nenhum desses dois lugares, mas a um terceiro a surgir. Vejamos: “o *mestizo* e o *queer* existem nessa época e nesse ponto do continuum evolucionário com um objetivo. Somos uma mistura que prova que todo sangue é intrinsecamente ligado entre si, e que somos crías de almas similares” (ANZALDÚA, 2005, p. 712, grifos da autora).

A autora articula os dois conceitos a partir de suas relações com as dimensões subjetivas e humanas de existência, dentro de um contexto marcado pelo machismo e pela heteronorma colonial moderna. A origem possível da articulação entre eles parece ser as marcas da colonização e o movimento que esses signos produzem de transformação, da possibilidade de construção de um terceiro espaço, de uma outra consciência. O uso do termo-conceito mestiça associado a teoria *queer* na nossa

compreensão tem a pretensão de destacar principalmente o eixo de raça na teoria de gênero que, como vimos, está diretamente relacionada a sexo e a sexualidades.

Na década de 1980, o conceito de interseccionalidade foi sistematizado pela feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw¹¹ (2002), ao discutir a marginalização estrutural sofrida pelas mulheres negras. O termo, definido como forma de pensar as diferenças que atravessam a vidas dos sujeitos e de como os diferentes eixos interagem, permite perceber como os marcadores sociais da diferença se relacionam na produção de discriminações em níveis múltiplos. Nesse sentido:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para a teoria e a metodologia interseccional a existência de modelos binários que instituem lugares sociais a determinados indivíduos como hetero/homo, cis/trans, branco/negro, homem/mulher se relacionam produzindo novas dinâmicas de poder e de resistências. Ou seja, existem diversas formas de se relacionar questões como gênero, sexualidade, raça, etnia e identidade que precisam ser evidenciadas, visto que tratar uma categoria isolada talvez não contribua com o enfrentamento das opressões que se dão de forma relacional.

Para Díaz-Benitez e Mattos (2019, p. 842) a articulação de categorias, ou marcadores da diferença, não podem ser só enunciadas, mas faz-se necessário que sejam abordadas metodologicamente. Desta forma, uma pesquisa ou contribuição teórica interseccional precisa ser pensada para além de seus referenciais bibliográficos, tendo em vista a contribuição dessas referências para a elaboração de métodos e técnicas, que possam contribuir com a intervenção

¹¹ A Kimberlé Crenshaw é considerada a autora que sistematizou teoricamente o conceito de interseccionalidade, mas há evidências na história de que essa articulação das diferenças principalmente envolvendo gênero e raça é uma pauta mais antiga de mulheres negras, antes da Crenshaw sistematizar o conceito há o discurso, por exemplo, da Sojourner Truth em 1851 que já fazia essa articulação no seu conhecido discurso improvisado na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio quando questionou: Eu não sou uma mulher? (SOJOURNER, 2014).

no campo empírico para o enfrentamento de violências e compreensão de possíveis potencialidades que essas relações também possam produzir.

Sendo assim, pensar interseccionalmente é compreender a multiplicidades dos corpos e dos sujeitos sociais e as relações que estes produzem na sociedade, proporcionando discussões no intuito de compreender a dinâmica de dominação social e a possibilidade de explicar como normas, valores, ideologias e discursos influenciam tanto as estruturas sociais quanto a constituição de identidades (MATTOS, 2007). Dessa forma, compreender a relação dos diferentes marcadores sociais, abordando-os de forma interseccional, possibilita a realização de investigações mais próximas às causas e efeitos das desigualdades sociais em diversas vertentes.

No contexto educacional, a escola, enquanto instituição responsável pela transformação social, precisa assumir seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, educar sob uma perspectiva de igualdade trazendo à tona as diferentes formas de opressão e os eixos de subordinação não é uma tarefa fácil, visto que a escola continua a se apresentar como um dos contextos mais regulatórios e normativos (MEYER, 2010).

Em vista disso, sendo a educação escolar uma das ferramentas que gera a cidadania, faz-se importante discutir algumas das consequências do racismo quando articulado com as LGBTIfobias e outras formas de opressão para que possamos combater estereótipos sociais em relação aos marcadores da diferença. Além disso, promover ações que valorizem epistemologias não-hegemônicas em prol de uma educação para todos.

Desse modo, quais as potencialidades da metodologia interseccional articulada a teoria *queer* dentro de uma sala de aula? Segundo Luck et al. (1998), neste espaço não só físico, mas, sobretudo, social, crenças e conceitos se misturam, influenciando as ações, determinando os deveres e os direitos. Assim, o papel da escola é trabalhar de forma que as diferenças não virem desigualdades em seu espaço, para que possa ser esse um ambiente onde as diferenças possam existir com suas contradições, onde os preconceitos sejam contextualizados tendo em vista a promoção de reflexões individuais e coletivas.

Ao retratar as diferentes formas de opressão dentro do ambiente escolar, Ramos (2021, p. 03), afirma que essas,

[...] não se somam apenas, elas “se multiplicam” e geram situações novas, únicas, reforçando as já existentes. Uma vez que a educação se identifica como um espaço privilegiado na formação e socialização humana, podendo ser determinante para construção de uma consciência crítica, ou um suporte para alienação da consciência humana e reprodução da ideologia dominante (RAMOS, 2021, p. 03).

Nesse contexto, entendemos ser importante repensar o currículo escolar, visto que o caminho percorrido pelos estudantes durante sua trajetória acadêmica é pautado por esse e, é nesse que devem estar presentes não só os saberes ensinados em teoria, mas os comportamentos e valores que serão repassados. Além disso, aponta como o currículo, participa também dos processos de subjetivação, visto que o propósito dos currículos é modificar as pessoas para a criação de determinada sociedade.

Nota-se que esses currículos, em sua estrutura, muitas vezes iniciam um processo “natural” de exclusão no qual muitos estudantes não se sentem representados e não conseguem enxergar suas características nas disciplinas nos materiais didáticos escolares, como o livro. Nesse cenário, a teoria *queer* e a interseccionalidade podem contribuir para desmistificar o modelo normativo branco e heterossexual como ideal de ser, que invisibiliza modos outros de ser e viver.

Ao discorrer sobre interseccionalidade e currículo, Oliveira e Sabino (2020), refletem sobre o poder, visto que esse cria nos currículos escolares a unificação dos saberes e se preocupa em manter as estruturas sociais. Assim, epistemologias negras, epistemologias indígenas, feministas e as vivências de gênero dissidentes, entre outras, são alocadas em não-lugares, impedindo os estudantes de questionar privilégios e diversos tipos de preconceitos. Portanto, ao pensar um currículo de resistência ativa, os autores afirmam que:

Pensar/fazer epistemologias que partem das discussões sobre raça, gênero (sexualidade) e classe e todo o conjunto de opressões presentes nesses cruzamentos identitários curriculares é tentar avançar em propostas para agir em sala de aula, caminhando para diminuir as desigualdades sociais. Ao entendermos os currículos tecidos nos cotidianos escolares como potências, veremos que, com uma matriz interseccional, eles ganharão mais força, porque estarão comprometidos com uma transformação social, que leve em consideração opressões que precisam ser combatidas. Aulas que anteriormente estavam focadas a partir de um olhar homogeneizador para o colonizador, transformam-se em resistências ativas contra as violências. (OLIVEIRA; SABINO, 2020, p. 8-9).

Assim, pensamos que a possibilidade de um currículo *queer* mestiço é a possibilidade não só de resistência, como aponta Oliveira e Sabino (2020), mas também um currículo que se coloca enquanto dispositivo de contestação dos marcadores sociais, e, não só isso, como também um currículo criativo que cria a partir do não lugar e da torção que o termo *queer* e mestiço produzem. Dessa forma, esse currículo se preocupa com a problematização da normatividade e do estabelecimento dos marcadores sociais enquanto verdades universais, propondo alternativas para fugir de modelos historicamente instituídos como verdades únicas.

Assim, a teoria *queer* atravessada pela interseccionalidade surge como ferramenta teórico-metodológica para articular os eixos de subordinação, abrindo diálogos e espaços para se pensar uma educação plural e coletiva. E como nos instrui Ribeiro (2019, p. 89), esse é o momento de romper com “a epistemologia dominante e de fazer o debate sobre identidades pensando o modo pelo qual o poder instituído articula essas identidades de modo a oprimir e retificá-las”.

Considerações Finais

Neste trabalho, primeiramente nos propusemos a pensar a construção de um currículo que, com a teoria *queer* e, a partir da metodologia interseccional, contemple os sujeitos historicamente à margem desse em nossa sociedade. Não pensando a partir apenas da opressão, mas também da criação que os diversos marcadores da diferença proporcionam. Desta forma, pensamos um currículo *queer* mestiço como alternativa articulada a pensar marcadores como gênero, sexo, sexualidades e raça, de modo a estabelecer pontes de diálogo possíveis entre os polos binários criados na modernidade para aproximar das vivências dissidentes.

Na discussão apresentada, é possível perceber que um currículo articulado com as propostas citadas traz fortes contestações a uma cultura dominante, nos fazendo repensar o que foi socialmente construído, abrindo caminhos para uma nova visão de educação, de currículo, de experiências corporais, de gênero, raça e sexo. Sendo assim, um currículo *queer* mestiço articulado pela metodologia interseccional caracteriza-se por sua possibilidade de desestabilizar as normas coloniais que continuam a ser impostas aos sujeitos.

As teorias elencadas contestam as políticas identitárias dominantes e propiciam o rompimento de modelos que legitimam certas identidades como naturais. Portanto,

entendemos que se torna fundamental pensar um currículo *queer* atravessado pela interseccionalidade a fim de que possamos pensar uma educação mais inclusiva, antirracista e anti-LGBTIfóbica.

Dessa forma, buscando tensionar o presente, visto o cenário atualmente conversador que vivenciamos, esse trabalho também se propôs a refletir sobre a contemporaneidade, possibilitando apresentar novos caminhos possíveis para pensarmos um currículo, ou currículos que denunciem a naturalização das normas sociais e, ao propor um currículo *queer* mestiço, construímos a possibilidade de repensar a ideia de escola tendo em vista não favorecer apenas a cultura dominante, mas que essa possa ser um dos polos de diálogo com as culturas produzidas como diferentes. Nosso intento foi o de criar pontes de diálogo a partir da teoria, mas direcionada a efetividade da prática curricular, tendo em vista as necessidades exististas na escola brasileira.

Assim, caminhar por pesquisas outras e por ideias não toleradas e impróprias, com a força política de questionar as dinâmicas sociais no recorte do currículo, pode contribuir para a construção de transformações mesmo que pequenas nos espaços da educação como o currículo, e conseqüentemente na sociedade. A partir de uma perspectiva *queer* mestiça e dentro de uma pluralidade geocultural, compreendemos que a educação pode trabalhar em prol da formação de identidades abertas, que desafiem preconceitos e questionem modelos hegemônicos e suas normas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Produção Editorial LTDA, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nueva conciencia. **Revista Estudos feministas**, v. 13, p. 704-719, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fL7SmwjzjDJQ5WQZbvYzczb/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2021

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BOCCATO, Vera. Regina. Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade de São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 03 dez. 2021

BORBA, Rodrigo. Introdução - Linguística queer: algumas desorientações. *In*: BORBA, Rodrigo. **Discursos transviados**: por uma linguística queer. Cortez Editora, 2020.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte Autêntica, 2000, p. 83-112.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Rubem Viana de. **Entre os sentidos do dito, do vivido e do silenciado**: as percepções/ações dos/as estudantes em exercício docente do Curso de Pedagogia da UFPE/CAA sobre LGBTfobias na escola. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Centro acadêmico do Agreste -CAA. Núcleo de Formação Docente – NFD. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10, vol. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. *In*: **Metodologia e relações internacionais**: debates contemporâneos. SIQUEIRA, Isabel Rocha de. *et al.* (Org). vol. II. Rio de Janeiro: Editora. PUC-Rio, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 1988.

LAURETIS, Thereza. de. Teoria Queer, 20 anos depois, Identidade, sexualidade e política. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2019.

LOPES, Alice, Cassimiro. MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer-uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 541, 2001.

LUCK, H. *et al.* **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MATTOS, Paula. O conceito de Interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. *In*: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2011. **Anais**. Universidade Federal de São Carlos, Curitiba/PR, 2011.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. El futuro ya fue: una crítica a la idea del progreso en las narrativas de liberación sexo-genérica y queer identitarias en Abya Yala. *In*:

FERREIRA-BANQUET, Raúl Moarquench. **Andar Erótico Decolonial**. Buenos Aires, Ediciones del Signo, 2015, p 21-35.

MEYER, Elizabeth. **Gender and sexual diversity in schools: An introduction**. New York: Springer, 2010.

MISKOLCI, Richard. PELÚCIO, Larissa. **Discursos fora da ordem. Sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo, Annablume, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

OLIVEIRA, Wenderson; SABINO, Isabel. Currículos, cotidiano (s) e interseccionalidade: por um currículo-(r) existência. **Revista Espaço do Currículo, João Pessoa**, v. 13, n. 1, p. 72-83, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Wenderson-Oliveira-2/publication/345324704_CURRICULOS_COTIDIANOS_E_INTERSECCIONALIDADE_por_um_curriculo-rexistencia_CURRICULUMS EVERYDAY S AND INTERSECTIONALITY_for_a_curriculum-rexistence/links/5fa3e8f1a6fdcc0624151c25/CURRICULOS-COTIDIANOS-E-INTERSECCIONALIDADE-por-um-curriculo-rexistencia-CURRICULUMS-EVERYDAY-S-AND-INTERSECTIONALITY-for-a-curriculum-rexistence.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço social em revista**, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf#page=135>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil. **Periodicus**, vol. 1, no 1, Salvador, 2014. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/download/10150/7254&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=10214658972523967033&ei=mfK-Y8GKE-iSy9YPs6a2SA&scisig=AAGBfm09uxFsySamerrGXN6bY95L5mJv7Q. Acesso em: 20 jan. 2022.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 2, p. 411-411, 2015. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/download/340/146&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=14436681707951778908&ei=9fK-Y9jjB4_mmgG4x5iYCw&scisig=AAGBfm3QBtK18og2YsMDO3j9r10CURjnTQ. Acesso em: 20 jan. 2022.

RAMOS, Leni Rodrigues *et al.* **A Interseccionalidade na Educação Inclusiva: Marcadores Sociais da Diferença**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso.



REIS, Toni. **Manual de comunicação LGBTI+**. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 20 jul. 2022.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: UBU, 2017. p. 50-101.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo, 2ª. Ed. 9ª reimp, Autêntica, Belo Horizonte, 2005.

SOJOURNER, Truth. **E não sou uma mulher?** – Sojourner Truth. Tradução de Osmundo Pinho, Geledés, 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>. Acesso em: 05 dez. 2021.

Recebido em outubro de 2022.

Aprovado em janeiro de 2023.